



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Campo Alegre
Rua Senador Máximo 35, centro Campo Alegre -AL
CNPJ - 00.533.268/0001-99

Ata da Audiência Pública Conjunta da Câmara Municipal de Vereadores e da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, para apreciação e discussão do Projeto de Lei nº 031/2025, que estima a receita e fixa a despesa do município de Campo Alegre, para o exercício financeiro de 2026, realizada no dia 30 de outubro de 2025. Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, sendo pelas 10h17min (dez horas e dezessete minutos), reuniram-se Valdilene Santos Simplício e Arquelino Cezar da Conceição, sob a presidência do senhor vereador José Correia de Araújo Santos. Em anexo a lista dos demais que compareceram nesta audiência pública. Em seguida o senhor presidente deu por aberta a presente audiência pública, e fez a leitura do edital e da carta de preposto. Logo após passou a palavra à senhora Lisângela Maria Rubik da Silva, para apresentar os trabalhos, com os seguintes temas: Estrutura da LOA, receitas previstas para o exercício de 2026, composição e vinculação da receita própria, orçamento: ações de investimentos e manutenção. Em seguida o senhor presidente passou a palavra aos senhores vereadores e senhoras vereadoras, para esclarecerem algumas dúvidas. Usou da palavra o senhor vereador Gilberto Correia dos Santos, alegando que essa é a lei que traduz, as prioridades e metas para o exercício de 2026. Eu acredito que durante o exercício, a aplicação dos recursos agora no exercício 2025, nesta casa, o que mais foi debatido até o mês de outubro, o tema foi saúde. E a gente sabe que a prioridade são educação, depois saúde, inclusive há aí um valor estimado mínimo que deverá obrigatoriamente ser aplicado, 25% do mínimo, na educação e 5% em saúde. E eu analisava aqui em várias discussões, em vários momentos, durante sessões, de audiências, de as metas fiscais e outras, que nós tivemos, por exemplo, uma estimativa para a saúde em 2023 de 43 milhões de reais para o exercício 2023. No ano de 2024, nós tivemos uma estimativa de 46 milhões, ou seja, teve um aumento significativo. E aí o que eu estranhei foi o seguinte, quando a gente aprovou a lei orçamentária o ano passado para o exercício 2025, tivemos uma queda significativa, que o orçamento está à previsão de 36 milhões e 700. Inclusive foi apresentado aqui no ano, que o orçamento está a 36 milhões e 700, na audiência das metas fiscais, que o município já vem aí fazendo investimentos de mais de 20% em saúde. É o número significativo, mas, fiquei curioso, para saber de quanto está a estimativa para o exercício 2023 com relação à saúde. Porque, eu enquanto vereador, que acompanho o seu dia a dia no meio da população, tanto do meu distrito, como da cidade, do meu diálogo, a gente ouve muitos reclames com relação à execução na saúde. Por exemplo, atendimentos



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Campo Alegre
Rua Senador Máximo 35, centro Campo Alegre -AL
CNPJ - 00.533.268/0001-99

médicos, especialistas, exames de cirurgia, que travam nas UBS, nos centros de saúde. Esse sistema de saúde é muito complexo. E aí, eu gostaria de saber de você, como contadora, como líder da empresa de decisão, quem é que define de fato? Que é a gestão que pede para colocar essa estimativa de valores, ou se são vocês, e baseado em que vocês fazem? Porque, de fato, existe uma contradição. A gente vê que a saúde é uma grande prioridade, a população necessita de fato de uma saúde mais digna, e a gente sabe que o orçamento define aqui as prioridades e metas para o exercício e a gente vê um número de 36 milhões, sendo que em 2023, 2024 nós tivemos mais de 46 milhões e surpreendentemente eu vi que o número que aumentou nesses três anos de orçamento foi a infraestrutura, houve o inverso, na infraestrutura aumentou, então eu sei que existe mais pavimentação, uma série de coisas. Aí eu quero saber, como é que se faz, que se define esses valores? Como é que se coloca? Eu já discuti aqui várias vezes, nós aprovamos no ano passado a LOA em 316 milhões a previsão, mas segundo as apresentações aqui já vai em mais de 326 milhões, aí eu pergunto: as emendas parlamentares, contabilizam e podem alterar esse valor? Agradeço e parabenizo pela apresentação. Em seguida a senhora Maria Lisângela Maria Rubik, alegando que, quando a gente faz o cálculo, ele está vinculado necessariamente ao primeiro ponto percentual. Percentual 15% mínimo. A distribuição na LOA se dá desta forma. O fato de um ano ter um valor na faixa de 43 milhões, 46 milhões ou descer para 36, necessariamente está vinculado ao valor das emendas parlamentares. Que nós conseguimos ou não a previsão documental para entregar para vocês e colocar ali o valor dentro da LOA. Imagine você que uma emenda não tenha chave. Eu não vou colocar por prudência, porque eu preciso ter respaldo documental, senão vocês não aprovam e muito bem sabem disso e está certíssimo. Mas, se num segundo momento chegar, depois, imediatamente após, então essas peças são flexíveis por isso. Eu posso colocar o instituto e chamá-lo de emenda parlamentar por excesso de arrecadação. Então, ela deixa de existir? Não. Ela só vem num segundo momento, caso seja conquistada pelo esforço de todos. Esse é o primeiro ponto. Então, as grandes variações na saúde normalmente se dão pelas emendas. E para definir os gastos de ordem corrente, por isso que a gente fala de despesa de capital e corrente, as emendas normalmente tem um vínculo com a saúde. Normalmente, tem um vínculo com o de capital, mas pode vir emenda para despesa corrente também. Por exemplo: para pagar uma folha, colaborar no pagamento de uma folha, as despesas correntes, são constantes. Dificilmente você vai ter uma queda representativa nesse patamar, porque os municípios são os mesmos, o volume de municípios são os mesmos, o volume



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Campo Alegre
Rua Senador Máximo 35, centro Campo Alegre -AL
CNPJ - 00.533.268/0001-99

de atendimento, a gente vê pelas audiências públicas, que tem sido igual ou maior, deficiência eventual numa especialidade ou não, porque o profissional teve que migrar para um outro centro, e aí a gente tem um tempo para conseguir um substituto, que às vezes não tem um aviso prévio, mas numa constância, eu diria que as despesas correntes, que são para manter os atendimentos. E o funcionamento da máquina pública, eles não têm grandes oscilações, são constantes ou superiores. Mas estas variações maiores, elas podem ser pelo tempo em que vem a informação de uma emenda. Que ela acontece, a gente arrecada o ano inteiro. Então, às vezes, a gente realmente tem que se valer na hora de fazer a peça da LOA, através deste comunicado de emenda por excesso de arrecadação. Usou da palavra a senhora vereadora Kellyn Rafaella Gomes Guimarães, na verdade, a cada participação dessas audiências tem sido um grande aprendizado para nós. E o quanto nós devemos realmente mergulharmos nisso. Parabenizo a senhora Lisângela, pela apresentação, e o quanto você tem explicado, de fato, para objetivar. E nós possamos entender melhor, absorver e acompanhar. Para nós, legisladores, que não somos tão técnicos, mas que, de fato, a nossa maior preocupação é que os serviços sejam prestados. Porque nós somos daqui, estamos aqui, onde tudo acontece. Eu sempre costumo dizer, é nos municípios que tudo acontece. Com essa previsão, quando foi falado das despesas correntes, a nossa preocupação desses investimentos, a gente sabe do plano de governo, da gestão, da preocupação dela, da experiência, de algumas mudanças que podem ocorrer na educação. Mas, tratando de saúde, o que nos salvou foram essas emendas parlamentares. E, como foi colocado aqui, questionado, e já, acredito, respondido, é ciente para todos nós, o quanto é difícil esses acompanhamentos técnicos. Porque, na última audiência, foi colocado que, recentemente, da emenda do deputado Arthur Lira, veio com os eixos. Antes, tinha como você conseguir fazer algo, muitas vezes, para achar um devido socorro na saúde, como foi colocado aqui, de uma fala de um servidor, algumas instituições ou órgãos podem esperar, mas saúde não. E essas emendas, agora, as últimas que vieram, saíram contando centavos e de como trabalhar. Quando se trata, você bem colocou aqui, que sai do nosso município e não volta, muitas vezes, como deveria voltar, essas demandas, têm aumentado, sim, principalmente na saúde, com a demanda que nunca vai ser zerada. E o município, tem tido uma sobrecarga com isso, tem pedido socorro, muitas vezes, ao Estado. Porque está sendo humanamente impossível atender. Então, assim, de forma muito humilde, com pouco conhecimento que tenho, mas com o maior intuito de que nossa população consiga ser atendida, de fato, daquilo que a lei exige para que nós consigamos atender nessas demandas e



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Campo Alegre
Rua Senador Máximo 35, centro Campo Alegre -AL
CNPJ - 00.533.268/0001-99

por direito. Esse é o nosso papel, essa é a nossa preocupação. Porque quando se trata de números, pode ser complicado. Mas eles têm que ser executados, muitas vezes. Tem que ser prestado contas, porque no calque, como foi colocado, muitas vezes não se recebe, se houver alguma falha, nós não recebemos, povo é penalizado. E, graças a Deus, nós temos uma gestão muito competente, uma equipe muito competente para isso. Mas, como legisladores, é importante nós entendermos. E, também, que se não houver essas, além da estrutura técnica, que é de fundamental importância, como foi colocada aqui essa extra, que para mim é uma novidade, aprendi mais uma, dizer que se não fossem as emendas, de fato, eu não sei o que seria do município. Não sei e fico um pouco preocupada. Alguns reajustes vão ter que serem feitos, porque nós não sabemos o que vem, qual é a proposta. E a necessidade do nosso município é crescente, principalmente na saúde. Então, mesmo nessa responsabilidade de acompanhamento, eu ainda me sinto, segura, porque eu sei que nós temos uma equipe responsável, uma gestora que tem compromisso, mas, preocupada. Se realmente nós vamos conseguir, porque eu acredito que nunca na totalidade. E, como o vereador Gilberto Correia aqui colocou, esse é o nosso objetivo, fazer com que o nosso município consiga manter, e nesses aumentos, com qualidade. Usou da palavra a senhora Lisângela Maria Rubik, alegando que cada audiência, nós aprendemos um pouquinho da questão de como funciona o sistema contábil do município, porque muitas vezes, nós vereadores, nós queremos que a gestão, que a prefeita Pauline, execute tudo o que nós pedimos e tudo o que o povo pede também. E nós sabemos que não é bem desse modo. O criador tem tudo para dar tudo o que nós pedimos, mas ele não dá. Primeiro porque não merecemos, ou não fazemos por onde, por merecer. E nós humanos, quem administra os orçamentos. Então, tudo só chega quando tem a disponibilidade financeira, e nós sabemos que este ano teve esse complicador do STF, vim a travar essas emendas, que fazem a diferença quando aqui chegam na vida da população. Como você colocou aí a respeito da despesa em saúde, que quando ela vem para folha de pessoal, que causa uma diferença. E isso é o que tem ajudado a saúde melhorar, são essas emendas para custeio de pessoal. As outras são importantes, mas nós sabemos que essa faz uma diferença enorme, principalmente para atingir os índices que nós vereadores precisamos também lembrar de que o município tem percentuais de despesa com pessoal, de 54%. Que o nosso está afastando alguns profissionais, servidores, nesse período agora, um pouco antecipado, para adequar a esse índice e tantos outros índices que nós temos a cumprir. É como aqui a Câmara, nós temos percentual para seguir no subsídio nosso, do percentual de despesas, é o que está deixado do



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Campo Alegre
Rua Senador Máximo 35, centro Campo Alegre -AL
CNPJ - 00.533.268/0001-99

alto. Mas nós temos também na Constituição, que diz em outro inciso, de que nós não podemos gastar com subsídio mais do que 5% da receita do município. Então são vários índices para você. Sendo que quando você analisa tudo, eles estão interlaçados um com o outro, que não atingindo um, provavelmente não vai atingir o outro. Então nós vivemos debaixo de normas jurídicas, contábeis, e diversas outras normas. Muito obrigado mais uma vez, mas antes de declarar encerrado, eu passo a palavra novamente para suas considerações finais, se assim desejar, para a senhora Lisângela Maria Rubik, a qual alegou que seria muito interessante, em alguns outros centros, vocês citaram a minha ausência, eu estava me capacitando e capacitando também outras pessoas. Então, setembro foi um mês muito rico. Informações como eu trouxe hoje, de um novo olhar para os tributos. E poder estar em alguns outros centros em que eles não dependem tanto destes recursos que são conquistados através da busca, nos grandes centros em Brasília, no congresso, enfim, conviver com entes como este, eu acho que é o sonho de todo município. Não depender das emendas, poder ter recursos profissionais, próprios, mas em algum momento eles não tiveram. E está, eu percebo que Campo Alegre está sempre um pouco mais próximo de chegar a este patamar. Eu não vejo regresso, eu vejo sempre um pouco mais próximo a cada ano, comparado a outros que eu acompanho também. Então, eu acho, essa é a parte muito bacana para a população. Vê o quanto vocês monitoram e se interessam em aprender e estar acompanhando até para poder fazer uma análise mais aprimorada. Eu acho que os municípios podem se sentir acolhidos de verdade na casa aqui, e isso é importante. E quanto a parte da gestão em relação a tudo isso, é um malabarismo, que tem que se fazer para dar conta, porque a nossa Constituição, ela foi uma mãe quando previu tantos direitos para todos. E que bom que ela existe, que ela pode ser minimamente atendida para a maioria da população, se não 100%, mas pelo menos para a maioria com o recurso que se tem. Então, quando vocês falam de um aprendizado, quando a gente está expondo os números, saibam que para nós também é. Porque ver estes números virando um outro formato que é o alimento na escola, ou a pessoa atendida em um posto, é muito gratificante. São realmente números que contam. Então, o meu agradecimento também a todos vocês por terem assistido, e por terem essa atenção com o que a gente prepara. Logo após o senhor presidente, declarou encerrada a audiência pública. Do que para constar, eu Josefa Matias dos Santos, redatora de ata, lavrei a presente. Campo Alegre, trinta de outubro de dois mil e vinte e cinco.



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Campo Alegre
Rua Senador Máximo 35, centro Campo Alegre -AL
CNPJ - 00.533.268/0001-99



AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA

30 DE OUTUBRO DE 2025

RELAÇÃO DAS PESSOAS PRESENTES:

NOME	OCCUPAÇÃO	ASSINATURA
Waldemar Ribeiro Kubik da Silva	Assessora	
Juaney Gómez da Silva Santos	Contabilista	
Foxi Flávio Andrade dos Santos	Assessor de Contabilidade	
José Otávio da Silva	Sci. de Esportes	
Briguelino Laranja Gonçalves	Vereador	
João Vânia Gómez da Silva	Vereador	
Fábio Luiz Souto Sobrinho	Supervisão	
Anastácio Bezerra	Vereador	
Conrado Gómez da Silva	Vereador	
Carlos Henrique Gómez da Silva	Vereador	
Kellyn Rafaela Gomes Guimarães	Vereadora	
Edson de Araújo	Conselheiro - CMCA	
Josefa Matias dos Santos	Redatora	